



**ATA Nº 1**  
**FIXAÇÃO DE CRITÉRIOS**

----- Aos 16 dias do mês de dezembro de 2019, nesta cidade de Espinho e Edifício dos Paços do Município, reuniu o Júri, designado para o procedimento concursal comum para recrutamento com vista à constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado para um (1) Técnico Superior (Engenharia Civil) - composto pelos senhores: Eng.º Joaquim Alexandre Guerra Cardoso Moreira Sá, Chefe de Divisão de Serviços Básicos e Ambiente, e Presidente do Júri, Dr. Pedro Miguel Martins da Silva Almeida, Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Eng.ª Carolina Alexandra Gama Santos, Técnica Superior, com o objetivo de tomar decisões necessárias à especificação e concretização dos parâmetros de avaliação, da sua ponderação e do sistema de valoração final. -----

-----O Júri assinala que: -----

-----Os métodos de seleção a utilizar no presente concurso, serão, nos termos dos artigos 5.º e 6.º, da Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril em conjugação com o previsto no n.º 1, do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP - aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; alterada pela Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto, Lei n.º 18/2016, de 20 de junho, Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, Lei n.º 70/2017, de 14 de agosto, pela Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, com a redação introduzida pela Declaração de Retificação n.º 28/2017, de 2 de outubro, pela Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto, Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro e pela Lei n.º 79/2019, de 2 de setembro), os seguintes: -----

----- 1. Métodos de Seleção Obrigatórios: -----

----- 1.1. **Prova de Conhecimentos (PC)** - visam avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, incluindo o adequado conhecimento da língua portuguesa. A prova versará sobre conhecimentos específicos, será escrita, em suporte papel, composta por perguntas de desenvolvimento e/ou de perguntas diretas, revestindo a natureza teórica, de realização individual, com possibilidade de consulta em papel. Terá a duração de 1 hora (60 minutos) e versará sobre a seguinte legislação: -----

----- Código do Procedimento Administrativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro); -----

----- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; alterado pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, Lei n.º

69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto); -----

----- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP - aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; alterada pela Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto, Lei n.º 18/2016, de 20 de junho, Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, Lei n.º 70/2017, de 14 de agosto, pela Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, com a redação introduzida pela Declaração de Retificação n.º 28/2017, de 2 de outubro, e pela Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro e pela Lei n.º 79/2019, de 2 de setembro); -----

----- Código do Trabalho (aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro; alterado pela Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro, Lei n.º 53/2011, de 14 de outubro, Lei n.º 23/2012, de 25 de junho, Lei n.º 47/2012, de 29 de agosto, Lei n.º 69/2013, de 30 de agosto, Lei n.º 27/2014, de 8 de maio, Lei n.º 55/2014, de 25 de agosto, 28/2015, de 14 de abril, Lei n.º 120/2015, de 1 de setembro, Lei n.º 8/2016, de 1 de abril, Lei n.º 28/2016, de 23 de agosto, pela Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto [com a redação introduzida pela Declaração de Retificação n.º 28/2017, de 2 de outubro], e pela Lei n.º 14/2018, de 19 de março); -----

----- Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro (regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais; alterado pela Lei n.º 64-A/2008 de 31 de dezembro, pela Lei n.º 11/2014, de 6 de março, e pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro); -----

----- Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, (regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho); -----

----- Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro (regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho; alterado pela Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto, Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro, Decreto-Lei n.º 88/2015, de 28 de maio, Lei n.º 146/2015, de 9 de setembro, e pela Lei n.º 28/2016, de 23 de agosto); -----

----- Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública - SIADAP; alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; ---

----- Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro (adaptada à Administração Local a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro - SIADAP). -----

----- Decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro e sucessivas alterações, nomeadamente o Decreto-lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto; -----

----- Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho; -----

----- Lei n.º 41/2015 de 3 de junho, alterada pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho; -----

----- Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho; -----

- Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro; -----  
----- Decreto-Lei n.º 6/2004 de, 6 de janeiro; -----  
----- Regulamento n.º 594/2018, Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos, publicado em Diário da República n.º 170/2018, Série II, de 4 de setembro; -----  
----- Regulamento n.º 446/2018, Regulamento dos Procedimentos Regulatórios, publicado em Diário da República n.º 140/2018, Série II, de 23 de julho; -----  
----- Portaria n.º 21/2007, de 5 de Janeiro; -----  
----- Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto; -----  
----- Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro; -----  
----- Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto; -----  
----- Portaria n.º 34/2011, de 13, de janeiro; -----  
----- Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto; -----  
----- Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro; -----

----- **1.2. Avaliação Psicológica (AP)** - visa avaliar aptidões, características de personalidade e ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências previamente definido, podendo comportar uma ou mais fases. -----

----- **2. Método de Seleção Complementar:** -----

----- **2.1. Entrevista Profissional de Seleção (EPS)** - visa avaliar a experiência profissional e aspetos comportamentais, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. -----

----- Tendo em consideração os métodos de seleção propostos (obrigatórios e complementar) e de acordo com os n.ºs 9 e 10 do art.º 9.º Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril, cada um dos métodos de seleção; bem como cada uma das fases que compoem, é eliminatório pela ordem enunciada na lei, quanto aos obrigatórios, e pela ordem constante na publicitação, quanto aos complementares. -----

----- É excluído do procedimento o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhe sendo aplicado o método ou fase seguintes. -----

----- **3. A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento será efetuada numa escala de 0 a 20 valores e resultará de acordo com o n.ºs 2 e 3, do art.º 5.º e n.ºs 2 e 3 do art.º 6.º Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril, da ponderação dos métodos mencionados para a valoração final (CF) pela seguinte fórmula:** -----

----- **CF = PC (40%) + AP (30%) + EPS (30%)** -----

----- Em que: -----

----- CF – Classificação Final; -----

----- PC – Prova de Conhecimentos; -----

----- AP – Avaliação Psicológica; -----

----- EPS – Entrevista Profissional de Seleção. -----



----- 4. Opção pelos métodos de seleção de acordo com o nº 2 do art.º 36.º da LTFP: exceto quando afastados por escrito, pelos candidatos que, estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como no recrutamento de candidatos em situação de requalificação que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade, os métodos de seleção a utilizar no seu recrutamento são os seguintes: -----

----- **4.1 Avaliação curricular (AC)** - visa analisar a qualificação dos candidatos, ponderando os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar. A qual integra os seguintes elementos: Habilitação académica/literária (HAB); Formação Profissional (FP); Experiência Profissional (EP) e Avaliação de Desempenho (AD). -----

----- 4.1.2. **Habilitações Académicas (HA)** - Neste fator serão tidas em conta as Habilitações Académicas de base bem como quaisquer outras habilitações académicas concluídas para além destas, desde que oficialmente reconhecidas, adquiridas até ao fim do prazo de candidaturas. -----

----- Habilitações Académicas de grau exigido à candidatura - 15 valores; -----

----- Habilitação Literária de grau superior exigido à candidatura - 20 valores. -----

----- Não há possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional. -----

----- 4.1.3. **Formação Profissional (FP)** - O fator formação profissional (FP) tem a seguinte pontuação: -----

----- Nenhuma Unidade de crédito: 8 valores; -----

----- De 1 a 6 unidades de crédito: 10 valores; -----

----- De 7 a 14 unidades de crédito: 12 valores; -----

----- De 15 a 20 unidades de crédito: 14 valores; -----

----- De 21 a 25 unidades de crédito: 16 valores; -----

----- Mais de 25 unidades de crédito: 20 valores. -----

----- As ações de formação são convertidas em unidades de crédito de acordo com a tabela seguinte: -----

Ações de Formação	Unidades de Crédito
1,2 dias	1
3,4 dias	2
5 dias	3
> 5 dias	4

----- Para efeitos do cálculo do fator Formação Profissional (FP) apenas relevam os cursos e ações de formação frequentados adequados às funções a exercer, não podendo a pontuação total a

*Handwritten initials and signature*

atribuir neste fator ser superior a 20 valores. Apenas são consideradas as ações de formação comprovadas através de cópia do respetivo certificado.

4.1.4. Experiência Profissional (EP) – Na Administração Pública na área da contratação será considerada da seguinte forma:

Menos de um ano – 8 valores;

Entre um e dois anos – 10 valores;

Entre três e quatro anos – 12 valores;

Entre cinco e seis anos – 14 valores;

Entre sete e oito anos – 16 valores;

Entre nove e dez anos – 18 valores;

Mais de dez anos – 20 valores.

No caso de ultrapassar um período, cai no imediatamente seguinte.

Para a análise da experiência profissional apenas será levado em conta o período de tempo em que os candidatos exerceram funções adequadas às tarefas a exercer e deverá ser devidamente comprovada.

4.1.5. Avaliação de Desempenho (AD) – Devidamente comprovada, em que se pondera a avaliação relativa aos últimos três ciclos avaliativos (biénio), em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas à do posto de trabalho a ocupar e será ponderada, através da respetiva média, da seguinte forma:

4 a 5 – Reconhecimento de Desempenho Excelente – 20 valores;

4 a 5 – Desempenho Relevante – 15 valores;

2 a 3,999 – Desempenho Adequado – 12 valores;

1 a 1,999 – Desempenho Inadequado – 8 valores;

O total da Avaliação de Desempenho é o resultado final da média aritmética dos três ciclos avaliativos.

Para os candidatos que não possuam avaliação de desempenho relativa a um ciclo avaliativo ou mais ao período a considerar, será atribuída a nota de 10 valores para cada biénio em falta.

A Avaliação Curricular de cada candidato será vertida para uma Ficha de Avaliação Curricular.

A Avaliação Curricular será ponderada da seguinte forma:

$AC = HA(15\%) + FP(35\%) + EP(20\%) + AD(30\%)$

Em que:

AC – Avaliação Curricular;

HA – Habilitação Académica;

FP – Formação Profissional;

EP – Experiência Profissional;

AD – Avaliação de Desempenho.

----- 4.2 **Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)** – esta prova visa avaliar, numa relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. -----

----- 5. Método de Seleção Complementar: -----

----- 5.1. **Entrevista Profissional de Seleção (EPS)** - visa avaliar a experiência profissional e aspetos comportamentais, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. -----

----- É excluído do procedimento o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhe sendo aplicado o método ou fase seguintes. -----

----- 6. A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento será efetuada numa escala de 0 a 20 valores e resultará de acordo com o n.ºs 2 e 3, do art.º 5.º e n.ºs 2 e 3 do art.º 6.º Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril, da ponderação dos métodos mencionados para a valoração final (CF) pela seguinte fórmula: -----

$$----- \text{CF} = \text{AC (40\%)} + \text{EAC (30\%)} + \text{EPS (30\%)} -----$$

----- Em que: -----

----- CF – Classificação Final; -----

----- AC – Avaliação Curricular; -----

----- EAC – Entrevista de Avaliação de Competências; -----

----- EPS – Entrevista Profissional de Seleção. -----

----- E para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros do Júri. -----

Eng.º Joaquim Alexandre Guerra Cardoso Moreira Sá



Dr. Pedro Miguel Martins da Silva Almeida



Eng.ª Carolina Alexandra Gama Santos

